



# MARANHÃO É DESTAQUE NA MARCHA DAS MARGARIDAS 2011

Fetaema na luta por Quilombolas  
em Alcântara

PAGINA 06

Vem aí o 8º Congresso do  
Baixo Parnaíba

PAGINA 08

Fetaema realiza sua  
Plenária Estadual

PAGINA 06



## Editorial

# Maranhão empobrecido



Segundo dados do IBGE, 8,5% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza, porque ganham até R\$ 70,00 ao mês. Deste percentual, o Maranhão é o estado que tem proporcionalmente a maior concentração de pessoas na extrema pobreza. Os números são alarmantes, 25,7% de nossa população, ou seja, 1,7 milhões de habitantes vivem, ou melhor, sobrevivem nesta condição.

É importante destacar que mais de um milhão desses, estão no meio rural, e com certeza a grande maioria dos excluídos que estão nas cidades, vieram obrigados por falta de oportunidade de uma vida digna no campo.

A responsabilidade de tal situação, fica por conta da classe política e governantes de nosso estado, que ao longo dos últimos 30 anos, ao invés de fortalecerem os instrumentos públicos de apoio a agricultura familiar, fizeram exatamente o contrário, ao invés de fortalecer o desenvolvimento sustentável, “eles” acabaram com a Empresa Maranhense de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER todos os demais institutos e instrumentos ligados a agricultura familiar produtora de alimento.

Voltando a nossa triste história, lembramos que na onda de estado mínimo, o governo maranhense foi o único no Brasil a tomar essa infeliz decisão, e como consequência deixamos de ser o 2º maior produtor de arroz do Brasil, passando a ser importador de quase tudo que comemos, além de ser hoje, o estado brasileiro da população mais pobre do Brasil.

Ainda como consequência da falta de políticas de apoio e estímulo a produção agrícola familiar, centenas de famílias maranhenses, que deveriam estar produzindo alimentos para o nosso consumo e até para exportação, atualmente vivem do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, e de benefícios do INSS como: aposentadoria rural, pensão, salário maternidade, auxílio doença e outros. Continuando assim, sem produção e geração de renda da agricultura familiar.

O Plano Brasil sem miséria lançado pelo o governo Dilma Roussef, sem dúvida é relevante, porque garante continuidade aos Programas de transferência de renda já executado no governo do ex presidente Lula, porém, acaba não atingindo as principais questões estruturantes, causadoras da pobreza extrema, a exemplo da reforma agrária.

Já considerando o Plano anunciado pelo o atual governo de estímulo a agricultura empresarial embasado na monocultura da soja, cana de açúcar e plantação de eucalipto em alta escala. Poderemos até ter um Maranhão rico, porém, com seu povo cada vez mais excluído do processo produtivo e condenado a extrema pobreza.

Portanto para que o Plano Brasil sem miséria tenha eficácia, desafiamos o governo Roseana Sarney, a lançar também seu Programa de combate a pobreza, levando em consideração a erradicação do analfabetismo a regularização das terras dos trabalhadores posseiros, dos quilombolas e dos índios, estruturando a SEDAGRO, AGERP, ITERMA e garantindo equipamentos e técnicos bem pagos e capacitados para prestarem assistência técnica aos agricultores familiares.

Só com este tratamento as nossas famílias do campo, poderemos reverter esta triste história, e quem sabe, passar de importador a exportadores de alimentos.

“Desafiamos o governo Roseana Sarney, a lançar também seu Programa de combate à pobreza, levando em consideração à erradicação do analfabetismo a regularização das terras dos trabalhadores posseiros, dos quilombolas e dos índios, estruturando a SEDAGRO, AGERP, ITERMA e garantindo equipamentos e técnicos bem pagos e capacitados para prestarem assistência técnica aos agricultores familiares”.

Por Chico Sales  
Presidente da Fetaema

# Territórios Negros do Maranhão: o caso de Alcântara

Desde Frechal, com desfecho vitorioso em 1992, a luta dos quilombos compõe oficialmente a realidade fundiária do Estado do Maranhão. A presença de um segmento peculiar no campo, com características distintas da sociedade nacional não deveria surpreender planejadores da burocracia estatal e nem tampouco os operadores do direito.

De fato, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, antigos posseiros, e outros grupos diversos, são segmentos representativos de uma estratégia de apropriação dos recursos naturais, para além dos mecanismos oficiais e excludentes de acesso à propriedade fundiária.

No Brasil, por razões históricas, convencionou-se tratativas para esses grupos étnicos, distintas da reforma agrária. Enquanto seus movimentos representativos tentam afirmar a especificidade dos direitos, o Estado brasileiro cria entraves burocráticos maiores do que os já existentes para reforma agrária convencional.

Ocorre que, a exemplo das demandas por terra, apresentadas por outros grupos sociais campestres, os quilombolas sempre pressionaram os órgãos fundiários, para a resolução dos seus problemas, envolvendo a garantia do território.

No Maranhão, os quilombolas estão presentes em quase todas as lutas históricas por terra. Desde as lutas pela liberação dos campos naturais dos búfalos, na década de setenta, passando pela resistência aos processos de expulsão dos criadores de gado, até chegar às modernas ofensivas do agronegócio.

Portanto, o processo de reconhecimento do direito ao território quilombola é posterior a um longo período de resistência, que remonta aos primórdios do processo de institucionalização do sistema de imobilização da mão-de-obra escrava.

A radicalidade do processo de resistência na terra refere-se a uma identidade, assentada sobre um determinado espaço físico e

geográfico, com profundos significados no campo da cultura, da religiosidade e da afetividade. Não raras vezes esse espaço é disputado por agentes externos, porque conheceu repentina valorização imobiliária, em função da conjuntura atual de mercado que invade o campo ou mesmo foi adotado como local privilegiado para a implantação de um grande projeto econômico.

Do ponto de vista da justiça social, estranha-se porque titulares de posses tão antigas, com origens no período escravista, tenham tantas dificuldades para obter o reconhecimento de seus direitos. A explicação reside na extraordinária concentração fundiária reinante no país, acentuada pelo avanço do agronegócio no campo. Com efeito, de 1985 para 2006, o índice de GINI brasileiro oscilou em apenas 0,015, segundo o IBGE. No Maranhão, a oscilação ficou em 0,059.

Se levamos em consideração os dados da territorialização da agricultura familiar, teremos uma ligeira amostra desse padrão de concentração fundiária no Estado do Maranhão. Segundo o IBGE (2006), o Estado dispõe de 262.089 estabelecimentos da agricultura familiar, numa área de 4.519.305 hectares. A agricultura patronal dispõe de 24.948 estabelecimentos para uma área de 8.472.143 hectares.

Em grande parte, a territorialização quilombola não é dinâmica, não compreendendo um determinado espaço que precisaria ser dominado. O território quilombola é posse, anciã. O embate que se trava a partir dele reside na função estatal reguladora da posse, que a transforma em propriedade, no palco da resistência dos grandes interesses econômicos em jogo.

Alcântara, por exemplo, é um dos casos mais emblemáticos, onde a tradição se confronta com a modernidade. O projeto aeroespacial brasileiro, aqui, idealizado, foi moldado por uma visão de desenvolvimento onde as comunidades tradicionais são vistas como empecilho ao progresso tecnológico.

O local onde foi implantado o Centro de Lançamento foi imaginado como vazio demográfico – delírio típico de planejadores conservadores, para quem os mais pobres são invisíveis. Do início da década de oitenta até os dias atuais, os quilombolas de Alcântara não sabem se realmente ficarão no território.

Apesar das decisões judiciais, o procedimento no INCRA (n.º 54230.002401/2006-13), que visa a titulação do território étnico de Alcântara encontra-se suspenso, em razão da instauração da câmara de conciliação.

Em nosso entendimento, a decisão que instaura a Câmara de Conciliação não tem força para desconstruir as decisões judiciais que obrigam a conclusão do procedimento administrativo de titulação, junto ao INCRA.

Em suma, o caso de Alcântara ressalta o conflito existente entre quilombolas e interesses nacionais relacionados ao desenvolvimento tecnológico. No caso em apreço, patente está que a área pretendida pelo Ministério da Defesa terá como destino a implantação de sítios para comercialização, no âmbito de interesses privados.

Nesse contexto, impõe-se considerar o território étnico relacionando-o com os arts. 215 e 216 da Constituição Federal, bem como com a Convenção 169, da OIT. Esta última incorporou-se ao ordenamento jurídico brasileiro na condição de norma suplegal – porque é um tratado de direitos humanos.

Por último, convém mencionar o decreto 6.040/2007, expresso ao assegurar os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetadas direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos (art.3º, IV).

Pela luta dos quilombolas de Alcântara teremos um indicador acerca da força da institucionalidade que protege os direitos humanos no país.

LUIS ANTONIO CÂMARA PEDROSA é advogado do FETAEMA e presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - MA.



# Mulheres do Maranhão são destaque na Marcha das Margaridas 2011

POR BARACK FERNANDES

As mais de 2 mil mulheres maranhenses saíram de Brasília com várias conquistas dos pontos da pauta da Marcha das Margaridas 2011, que foram anunciadas na tarde do dia 17, pela presidenta Dilma Rousseff no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, transformado em Cidade das Margaridas nos dois dias oficiais do evento (16 e 17/8). Em sua fala, Dilma fez questão de enunciar vários itens – do caderno com 158 pautas apresentado pela Contag e parceiras da Marcha – relacionados, sobretudo, à saúde das mulheres do campo. E enfatizou a continuidade do diálogo como grande trunfo do evento. “Muitas demandas foram acatadas e sobre outras vamos continuar a conversa. O principal resultado desta marcha é a continuidade do diálogo respeitoso e companheiro entre vocês e o governo, iniciado pelo presidente Lula”, disse a presidenta.

Dilma também anunciou que foi criado um grupo interministerial para se reunir com as entidades da Marcha das Margaridas e acompanhar a implementação dos compromissos já assumidos pelo governo e negociar as outras demandas do movimento. O grupo se reunirá semestralmente e o primeiro encontro

ocorrerá em outubro.

## Ato do Estreito

Outro importante momento da Marcha das Margaridas 2011 foram os atos, realizados nas regiões do país, ainda no dia 15. A FETAEMA, juntamente com a FETAG PA, paralisaram por mais de 3h a BR Belém Brasília (principal via de acesso aos estados do Maranhão e Pará). Com um carro de som no meio da pista e uma multidão com aproximadamente 2 mil mulheres, os dirigentes sindicais e parceiros da Marcha, reivindicaram dos governos federal, estadual, e municipal a defesa do desenvolvimento sustentável do Maranhão. “Acreditamos que enquanto os governantes, continuarem investindo nos chamados “Grandes Projetos” (a exemplo: a Hidroelétrica de Estreito, que durante a sua implantação, foi responsável pelo despejo de milhares de famílias que viviam nas margens do rio Tocantins), e não fizeram investimentos no setor da agricultura familiar vamos continuar ganhando o campeonato da pobreza”, destacou Adriana Oliveira, secretária de Mulheres da FETAEMA.

Os dirigentes do Pará pediram providências urgentes quanto às mortes por conflitos de terra no estado, lembrando no recente assassinato do casal José Cláudio Ribeiro da Silva, 52, e sua mulher Maria

do Espírito Santo da Silva, 50, mortos a tiros durante uma emboscada em Nova Ipixuna (PA) no dia 24 de abril.

## Caminhada a Esplanada dos Ministérios

Na manhã do dia 17, nossas trabalhadoras rurais percorreram 6 km até a Esplanada dos Ministérios, com faixas de protesto de vários sindicatos do Maranhão e da FETAEMA. Representando a região nordeste, a secretária de Mulheres da FETAEMA, Adriana Oliveira, usou sua fala em frente ao Congresso Nacional, para protestar contra as desigualdades sociais, denunciar todas as formas de violência, exploração e dominação e pedir pelo avanço na construção da igualdade para as mulheres.

## Apresentação Cultural

Nas apresentações culturais, que aconteceram na Cidade das Margaridas mais uma vez o Maranhão foi destaque. Desta vez representando a forte cultura nordestina, o cacuriá e o tambor de crioula da Baixada Maranhense, embalaram uma multidão, que se rendeu aos encantos dos nossos tambores e sensualidade das nossas dançarinas.

## Mostra da Marcha

Nossas margaridas que saíram dos nove Pólos Sindicais dos “quatro cantos” deste imenso

Maranhão, durante o evento, puderam expor seus produtos regionais em um stand montado na mostra Regional da Marcha. Entre os artesanatos, bebidas e comidas típicas, as (os) visitantes apreciaram as peças de crochês, o rico bordado das bolsas, caminhos de mesas da renda do buriti, doces maranhenses, azeite de coco babaçu, além de outros produtos regionais.

## Jovens do Projeto Juventude e Gênero no Campo

Como parte integrante da delegação maranhense, jovens do Projeto Juventude e Gênero no Campo, dos municípios de Açailândia, Esperantinópolis, Pinheiro e Vargem Grande, também marcharam por políticas públicas para as mulheres do campo, da cidade e da floresta. Para maioria destes estudantes, está foi à primeira experiência em uma ação de massa. Elizeu Silva, do povoado Riacho do Mel em Vargem Grande, disse que foi uma experiência única. “Saio daqui de Brasília, com um sentimento de gratidão, primeiro por fazer parte deste Projeto, desenvolvido pela FETAEMA, em parceria com a PETROBRÁS, pois sem ele, eu não estaria aqui hoje, e em segundo, por hoje está fazendo a história aqui em Brasília, na defesa dos direitos das mulheres do nosso país”.



## História da Marcha das Margaridas

O grande evento acontece a cada 04 anos, sempre no mês de agosto, por ser o mês em que, há 27 anos, a líder sindical Margarida Alves foi assassinada por defender os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. Margarida Maria Alves foi assassinada em 1983, na porta de sua casa, por latifundiários do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, Paraíba. Sindicalista, sempre defendeu os direitos dos/as trabalhadoras/as rurais. Promovia campanhas de conscientização com grande repercussão junto aos trabalhadores/as rurais que, assistidos pelo Sindicato, moviam ações na Justiça do Trabalho, para o cumprimento dos direitos trabalhistas, como carteira de trabalho assinada, 13º salário e férias.

Em 2011 será a 4ª edição dessa importante ação de massa que teve início no ano de 2000. Na ocasião, mobilizou, em Brasília, cerca de 20 mil

mulheres de todo o país. Na 2ª edição, em 2003 reuniu 40 mil participantes dos mais diversos lugares do país. A maior mobilização de massas organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no Brasil teve como resultados, além da visibilidade e reconhecimento social, a negociação de programas e políticas públicas voltados para o acesso das mulheres a terra, assistência técnica, crédito, políticas sociais e direitos de cidadania. Em 2007, cerca de 50 mil trabalhadoras rurais participaram da Marcha das Margaridas, em Brasília.

A Marcha das Margaridas afirma a resistência e convicção de que somente organizada é possível manter um diálogo aberto com a sociedade. Resaltando uma postura de sujeitos ativos pela transformação da sociedade e libertação das mulheres na perspectiva da autonomia econômica, salário digno, fim das diversas formas de exploração da força

de trabalho, política, reflexão sobre a construção cultural e inclusão social.

Dessa forma, avaliar e reafirmar a luta das mulheres trabalhadoras rurais pela reforma agrária e o acesso das mulheres a terra; água, soberania e segurança alimentar, pelo fortalecimento da organização produtiva, pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres, preconceitos e discriminações, pela liberdade, pela Paz mundial e desmilitarização, contra a privatização da natureza e dos serviços públicos.

São repertórios que oferecem vozes às “Margaridas” enquanto persistir desigualdades e injustiças no nosso país e tiverem impactos negativos para a vida de milhões de pessoas, sendo que quem mais sofre são as mulheres. Portanto, tem um caráter político específico e de grandeza organizacional que engendra ações rumo ao desenvolvimen-

to rural sustentável e solidário e por uma sociedade justa com equidade de gênero, na perspectiva do fortalecimento do campo, do MSTTR e estabelecimento do PADRSS.

Estima-se a presença de 100 mil mulheres, em Brasília, representando todos os Estados do Brasil.

“Esperamos que através da Marcha das Margaridas 2011, o Governo Federal possa trazer a reforma agrária para o eixo de discussão central, para que seja resolvida a situação da miséria no país. Aí eu incluo a fome, o desemprego, a violência no campo, a falta de educação e saúde. Por isso articulamos as mulheres do campo, da floresta e das cidades para juntas marcharmos rumo ao tão sonhado Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PADRSS”. Adriana Oliveira, coordenadora de Mulheres da FETAEMA.



# Respostas positivas à pauta do Grito da Terra Brasil 2011

**R**epresentantes da FETAEMA, juntamente com as demais Federações do País, e diretores da CONTAG, receberam da presidente Dilma Rousseff dia 18 maio, no Palácio Piratini, respostas à pauta com 183 itens, do 17º Grito da Terra Brasil.

A resposta veio depois de 41 reuniões, 17 audiências com ministros e dois dias de negociação, onde a delegação da FETAEMA juntamente cinco mil pessoas participaram de diversos atos e caminhadas na Esplanada dos Ministérios.



Delegação do Maranhão no Grito da Terra Brasil 2011

## Respostas

Em relação ao Plano Safra, a presidente já lançou, com recurso da ordem de R\$ 16 bilhões – atendendo a solicitação da Contag – com a possibilidade de ser ampliado em 2012. A taxa de juros mínima ao ano será

de 0,5%, enquanto a máxima ficará em 2%. Para a compra de terras disponibilizou R\$ 530 milhões, com a liberação de R\$ 270 milhões em junho e mais R\$ 260 milhões em julho. Além disso, determinou a liberação

de R\$ 30 milhões que estavam represados no crédito fundiário. Além da implantação do Suasa e antecipação de recursos para o assentamento de 20 mil famílias.

Também foram atendidas

outras reivindicações como a redução das taxas de juros nas linhas de crédito, adequação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), liberação de

recursos para reforma agrária e crédito fundiário, investimentos em saneamento e habitação e a implantação de superintendência no âmbito da Caixa Econômica Federal (CEF) para tocar programa habitacional rural, entre outros.

Código Florestal - Vários deputados petistas participaram das atividades do Grito da Terra, que reuniu esta semana cerca de 6 mil trabalhadores de todos os estados do País em Brasília. A deputada Fátima Bezerra (PT-RN) manifestou apoio a uma das principais bandeiras dos agricultores, que defendem um tratamento diferenciado no Código Florestal para os pequenos agricultores. "É inadmissível tratar igualmente quem tem 2 mil hectares de terra e quem tem dez hectares.", discursou na manifestação.

O presidente da Contag, Alberto Broch, destacou o avanço nas políticas públicas, com os R\$ 16 bilhões ao Pronaf; a inovação do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a agricultura familiar; a diminuição das taxas de juros; melhorias no seguro agrícola; a promessa do Suasa de fato funcionar; os recursos para a reforma agrária; a criação de uma superintendência para habitação rural, dentro da CEF, visando prestar um melhor atendimento à agricultura familiar e assalariados rurais.

Broch comemorou essa conquista, mas não podemos esquecer que o Grito não acaba aqui. "Primeiramente vamos estudar o caderno de respostas e continuar negociando melhorias para o nosso povo", disse.

## Fique sabendo!

### O que a Lei 11.718/08 da Agricultura familiar influencia para o trabalhador(a) Assalariado(a) rural?

**1** A Lei 11.718/08 instituiu o contrato de pequeno prazo para o trabalhador rural.

**2** Com isso, o trabalhador que realiza o serviço, o contrato de pequeno prazo assegura os direitos trabalhistas e previdenciários, que serão proporcionais aos dias trabalhados;

• Direitos – A nova Lei não flexibiliza qualquer direito do trabalhador, mas garante aos trabalhadores assalariados todos os direitos trabalhistas (férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS), calculados a partir dos dias trabalhados e pagos mediante recibos;

• Contrato – Necessário para formalizar a relação de trabalho. O prazo máximo do contrato de curto prazo é de 60 dias no período de um ano. Se o vínculo ultrapassar esse período, o contrato passará de temporário para tempo indeterminado.

• Formalização – A contratação poderá ser formalizada mediante registro na Carteira de Trabalho, no livro ou ficha de empregados.

Poderá também ser feita a inclusão do trabalhador na GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações da Previdência Social), ou contrato escrito com número da matrícula do empregador no INSS, mediante pactuação de acordo ou convenção coletiva de trabalho, e nome do assalariado rural com seu respectivo NIT (Número de Inscrição do Trabalhador).

**3** A Lei 11.718/08 estabeleceu novos prazos e regras para o trabalhador rural requerer a aposentadoria por idade.

• Até dezembro de 2010, o trabalhador bastava comprovar o exercício da atividade rural;

• De janeiro de 2011 a dezembro de 2015, cada mês de comprovação de vínculo empregatício vale por 3 meses de contribuição (limitado a 12 meses dentro do respectivo ano civil);

• Já de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, cada mês de comprovação do vínculo empregatício vale por 2 meses de contribuição, observados os limites dentro do respectivo ano civil.

### Curso de Capacitação de Secretários de Política Agrária, Agrícola e Meio Ambiente da FETAEMA

Pensando em ampliar o conhecimento dos secretários e dirigentes sindicais em geral, sobre as Políticas, Projetos e Programas que hoje estão sendo trabalhados pelas Secretarias de Políticas Agrária e Agrícola e Meio Ambiente da FETAEMA, aconteceu nos dias 15, 16 e 17, no Centro de Estudo Sindical e Rural em São Luís, o Curso de Capacitação de Secretários de Política Agrária, Agrícola e Meio Ambiente.

No evento foram trabalhados vários temas, entre eles: Política

Territorial, Crédito Fundiário, SISATER, PAA, PNAE, Reforma Agrária, Controle Social, PNAE, Agroecologia, Garantia Safra, Cooperativismo e Crédito Rural.

As palestras foram aplicadas pelo secretário da pasta de Políticas Agrárias da FETAEMA, Raimundo Machado, de Política Agrícola e Meio Ambiente, Joaquim Alves, Ronaldo Ramos, assessor de Agrícola da CONTAG, e os assessores da FETAEMA (Domingos Cantanhede, Rossandra Farias, Miguel e Hilton Reis).

### Capacitação no Encontro de Assalariados (as) Rurais

Tendo como principal objetivo, a capacitação dos (das) trabalhadores assalariados (as) rurais e os dirigentes sindicais quanto a questões trabalhistas, entre os dias 24 e 27 de maio, a FETAEMA, através da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais esteve realizando no Centro de Estudo Sindical Rural

– CESIR, o Encontro de Assalariados e Assalariadas Rurais.

Entre os temas apresentados nos quatro dias pela Assessoria da CONTAG de Assalariados (as) Rurais e representantes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Econômico - DIEESE estavam: Campanha Salarial, Vistorias, Acor-

dos e Convenções Trabalhistas.

Ao todo estiveram presentes aproximadamente 100 pessoas, entre dirigentes sindicais e trabalhadores (as) assalariados (as) rurais de todo o Maranhão, que prestam serviço no setor de soja, granja, suíno, eucalipto, cana de açúcar, agropecuária, grama, entre outros.



Encontro de Assalariados (as) Rurais



# Projeto Juventude e Gênero no Campo avança no Maranhão

Desde que foi lançado em março deste ano, os mais de 160 jovens atendidos pelo Projeto Juventude e Gênero, nos municípios de Vargem Grande, Esperantinópolis, Pinheiro e Açailândia, já puderam participar de várias Oficinas, entre elas: Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas, Educação no Campo, Relações de Gênero, Segurança Alimentar e Nutricional e Meio Ambiente. “O Projeto vem alcançando seu objetivo, que é promover a formação política e capacitação técnica de modo a assegurar a permanência desta juventude no ambiente rural sustentável, solidário e com políticas públicas”, Ângela Maria, secretária de Jovens da FETAEMA.

## Oficinas

A partir destas oficinas e das atividades intermódulos que acontecem a cada oficina realizada, os educandos estão dialogando com a sua rea-



Oficina de Capacitação do Projeto de Juventude e Gênero

lidade e com as comunidades a que pertencem, o que tem proporcionado o fortalecimento dessa juventude, pois eles passam a interagir

e agir em um contexto social respondendo e pautando os seus reais problemas.

Segundo a Secretária de Mulheres da FETAEMA, Maria

Adriana Oliveira, já é possível perceber alguns resultados do processo pedagógico vivenciado ao longo deste semestre. “Destacamos aqui, a

integração, o compromisso, o trabalho coletivo e o espírito de solidariedade dos (das) jovens entre se e com as suas comunidades, bem como, o fortalecimento do sentimento de respeito e corresponsabilidade no que se refere à construção do Projeto”, afirma.

## Integração

A parceria, a integração e o compromisso de toda a estrutura do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado (Sindicatos, Pólos Sindicais e FETAEMA) tem sido fundamental na divulgação, visibilidade e sucesso do Projeto nas áreas de abrangência.

O Projeto tem trabalhado na perspectiva de se integrar na implementação e acesso as políticas públicas. O primeiro passo dado foi à articulação com o poder público municipal e Estadual, que se fizeram presente nos Seminários Municipais e Estadual, e em reuniões específicas e pude-

ram dialogar, assumir compromissos com a juventude do campo e principalmente ouvir a mesma.

Além dos poderes públicos municipais, a coordenação do Projeto tem feito articulação com entidades da sociedade civil na perspectiva de formar uma rede de apoiadores. A iniciativa visa universalizar o acesso de todos e todas aos direitos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais cujos resultados poderão ser percebidos ao longo das atividades.

Para a Secretária de Jovens da FETAEMA, Ângela Maria, o Projeto Juventude e Gênero, está alcançando seu objetivo, que é o de promover ações de formação política e capacitação, que assegurem a permanência da juventude no ambiente rural por meio da criação de oportunidades que promovam a geração de renda, o fortalecimento da cidadania e melhoria da qualidade de vida no campo.

## Espaços Regionais de Animação de GES

As vivências da 1ª Turma Estadual evidenciaram a necessidade de seus integrantes dialogarem com o conjunto dos dirigentes sindicais do Estado e de inseri-los no processo formativo como estratégia para transformar medos, concepções distorcidas e resistências que grande parte nutria em relação à Política Nacional de Formação em combustível para fazer o processo em curso avançar de maneira mais ágil, abrangente e impactante na ação e organização sindical. Desencadeou-se, então, o processo de criação dos Grupos Regionais de Animação de GES.

Seguindo os mesmos critérios de participação, metodologia e temáticas do Curso Estadual, esses Grupos contaram com a participação de vinte a trinta pessoas e foram realizados em três módulos, cuja duração variou de dois a três dias, graças ao comprometimento da Diretoria da Federação, dos formandos e formandas da 1ª Turma Estadual, assessorados pelos participantes dos Cursos Nacional e Regional.



Grupo de Estudo Sindical

Esses espaços formativos que inicialmente concebíamos como GES e que, com o passar do tempo, denominamos Grupos Regionais de Animação de GES foram extremamente relevantes no processo porque, como já era esperado, prepa-

raram o terreno para a criação de diversos GES propriamente ditos, ou seja, os Grupos de Estudo Sindical compostos por pessoas da base.

A vivência dos Grupos regionais de Animação de GES aliada aos compromissos as-

sumidos, pelos educadores e educadoras formados nos Cursos Estaduais, no II EMAFOR foram determinantes para a criação de GES em diversos municípios das oito Regionais da FETAEMA no Estado, que atualmente são cerca de trinta.

## Conhecendo o Grupo de Estudo Sindical - GES

O Grupo de Estudo Sindical - GES é um dos espaços formativos que compõe a Escola Nacional de formação sindical da CONTAG e se configura como lugar privilegiado de diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras de base.

O GES é alicerçado pela Política Nacional de Formação - PNF e pelo Projeto Político Pedagógico - PPP, componentes importantes desta estratégia, que tem o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS, como referencial político. Portanto, o GES tem a intencionalidade de promover na base sindical o debate sobre o espaço rural e o universo do sindicalismo: as lutas, as conquistas, as políticas de desenvolvimento rural, que possibilitem às pessoas, a partir de entendimentos coletivos, buscar melhor qualidade de vida e compreender a importância do mundo sin-

dical, (re) afirmando a identidade de classe.

GES é um espaço permanente de formação, diálogo e debate nos municípios, nas comunidades rurais. Oportuniza as pessoas conversar sobre o seu lugar, o seu universo, com todas as fragilidades e potenciais. A ideia é construir nas comunidades rurais quilombolas, ribeirinhas, assentamentos e outros grupos de estudos, com participação de 05 a 15 pessoas, que se propõem a dialogar sobre o seu mundo e a sua história, sem perder de vista as transformações ocorridas na sociedade como um todo.

Portanto, efetivar o GES é vivenciar a prática da formação adquirida pelos sujeitos, oportunizando a experiência de outras pessoas da base, bem como a de questionar as suas vivências, pensamentos, práticas individuais, coletiva e do MSTTR frente à realidade vivida pelo sujeito.



# FETAEMA participa do II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara

**R**ealizado entre os dias 1º a 3 de setembro, o II Seminário das Comunidades Quilombolas de Alcântara (MA) pela Garantia do Território e o Fortalecimento da Identidade Étnica das Comunidades Quilombolas. O evento que foi promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara e Fórum de Defesa do Território Étnico Quilombola de Alcântara, teve como objetivo, garantir direitos aos impactados pela construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

O presidente da FETAEMA, Chico Sales, que esteve representando a federação, na abertura do evento, destacou em sua fala, os problemas enfrentados pelos trabalhadores(as) rurais de Alcântara que estão sendo expulsos pelo CLA. "Entendemos que o Centro de Lançamento de Alcântara vem tratando os trabalhadores rurais com descaso e até desrespeitando a Constituição de 88, pois as famílias são de fato remanescentes de quilombos. Hoje elas vivem na incerteza, pois até agora, o governo não apresentou proposta que recompense essas famílias. Muitas se marginalizaram na periferia de São Luís.



Famílias quilombolas esperam providências do Poder Público

Outras famílias que foram remanejadas para Agrovilas no município, vivem esquecidas pelo poder público, não têm água, luz, escolas, postos de saúde, entre outros serviços básicos para se viver, e acesso ao mar de onde antes era retirado o alimento e principal fonte de renda dessas pessoas, hoje é proibido", denunciou Chico Sales.

## Entendo a luta dos impactados pelo Centro Lançamento de Alcântara

Os quilombolas de Alcântara lutam pela titulação de suas terras, garantida na Consti-

tução Federal de 1988. Desde 1980 os mesmos vêm sofrendo deslocamentos compulsórios, por conta da instalação – e posterior ampliação – do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), organização do Comando da Aeronáutica, em áreas ocupadas por comunidades negras desde o século XVIII.

Esse deslocamento tem se dado de seus povoados de origem para as agrovilas, administradas pela Aeronáutica: os quilombolas não usufruem destas de maneira autônoma, sendo impedidos, por exemplo, de construir novas casas

– os mais jovens que constituem família, não podem fazê-lo, portanto, perto dos pais, indo morar nas periferias de Alcântara ou da capital maranhense.

Os moradores das agrovilas enfrentam dificuldades para garantir a sua subsistência. As áreas são pequenas, têm solo impróprio para agricultura e localizam-se longe do mar, tornando difícil manter a pesca como uma atividade cotidiana".

Em maio de 2007 a Superintendência Regional do Maranhão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra) anunciava a conclusão do cadastramento das comunidades quilombolas alcantarense: foram identificadas 3.187 famílias vivendo em 96 comunidades, numa área total de 85 mil hectares. À época, o Incra noticiou ainda que estava em fase de conclusão o levantamento da cadeia dominial para identificar os registros cartoriais na área do território.

No entanto, os planos de ampliação do CLA podem remover mais cerca de 1.500 quilombolas – 270 famílias –, de acordo com o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos. Diante da grave

situação e ameaças, os moradores de Alcântara mobilizam-se pela defesa de seus direitos.

## Desafio!

Hoje um dos grandes desafios é fazer cumprir a efetivação dos instrumentos jurídicos que garantem o direito a posse do território das comunidades remanescentes de quilombos, tal como prevê o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, o Decreto 4887/03 e o Artigo 229 da Constituição do Estado do Maranhão..

## Realizada a 2ª etapa do Curso de Formação Temática para Secretários (as) Gerais

Hoje uma das grandes preocupações da Secretaria Geral da FETAEMA, é a formação de dirigentes do Maranhão que possam atender e desenvolver com competência os deveres desta Secretaria. E foi pensando nesta qualificação, que foi realizada a 2ª etapa do Curso de Formação Temática para Secretários (as) Gerais da FETAEMA.

O evento aconteceu entre os dias 13 e 15 de abril, no Centro de Estudo Sindical Rural – CESIR, onde estiveram reunidos aproximadamente 200 dirigentes sindicais.

Entre os temas que foram abordados durante o Curso, estavam: Conceito e atribuições da Secretaria Geral; Or-



II Etapa do Curso de Formação de Secretários (as) Gerais

ganização interna; Relações interpessoais; Comunicação; Gestão Política Sindical e Planejamento das ações sindicais, entre outros.

Ao final do Curso a secretária Ana Maria Oliveira destacou pontos importantes trabalhados e discutidos entre os participantes. Um desses

foi à consciência do papel que cada um dos dirigentes deve ter dentro dos Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais. A secretária ressaltou que outro objetivo alcançado foi o repasse de conhecimentos referentes às relações interpessoais e comunicação dos dirigentes junto aos sócios.

Mácia Silva, dirigente do STTR de Alto Parnaíba, revelou que já está com um novo pensamento em relação às Políticas Sindicais. "Quando chegar lá na base, quero repassar tudo que aprendi e ainda praticar os novos conhecimentos junto aos sócios do STTR da minha cidade", frisou.

## Fetaema realiza sua Plenária Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Durante os dias 13, 14 e 15, a FETAEMA realizou no Auditório Manoel Nascimento do Centro de Estudo Sindical Rural de São Luís, a Plenária Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A Plenária contou com a participação da Diretoria Executiva da Federação, cerca de 150 dirigentes dos 9 Pólos Sindicais, e representando a CONTAG, o diretor de Finanças e Adminis-

tração, Aristides Veras dos Santos.

Entre os assuntos que foram tratados, esteve em discussão o Documento Base, debate sobre a situação conjuntural dos trabalhadores(as) levando em consideração a ação sindical e a escolha de delegados e delegadas para 3ª Plenária Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que será realizada em Brasília de 25 a 27 de outubro de 2011.



# Secretários(as) de finanças e conselheiros(as) fiscais são capacitados

A Secretaria de Finanças e Administração da FETAEMA cumprindo a demanda do Plano de Ação Anual do exercício de 2011 está realizando nos Pólos Sindicais Regionais Cursos de Formação para Secretários(as) de Finanças e Conselheiros(as) Fiscais.

Os cursos tem o propósito de qualificar a gestão administrativa e financeira dos sindicatos, através da formação específica dos Secretários(as) de finanças, bem como, dos Conselheiros(as) Fiscais, dando ênfase nos papéis políticos e aspectos práticos de sua atuação. Já foram realizados cursos, nos pólos sindicais re-



Cursos de Formação para Secretários(as) de Finanças e Conselheiros(as) Fiscais.

gionais do Mearim, Baixo Paranaíba, Baixada Maranhense, Baixa Oriental, Alto Turí e Sul. Nessas atividades participam em média 4 dirigentes por sindicato, com prioridade ao secretário(a) de finanças e os três membros efetivos de cada conselho fiscal.

Os cursos contam com material didático produzidos especificamente para atender os objetivos políticos do curso, como: oferecer noções básicas de regras estatutárias, contábeis e de obrigações sociais pertinentes a realidade sindical.

Além, de focar na consolidação de uma política de auto-sustentação das entidades sindicais.

## Conteúdos

São tratados ainda como conteúdos do curso, os desafios para estrutura e organização sindical, frente o referencial político, que é o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o qual deve ser adotado pelo conjunto dos e das dirigentes sindicais para nortear a ação sindical. "Esperamos, como resultado dessas atividades a adoção de um novo modelo de gestão por parte de nossas entidades e uma cultura sindical que prime pela organização interna, controle e potencialização dos recursos, transparência e eficiência" José Chateo Brian, secretário de Finanças e Administração da FETAEMA.

## Formação em Desenvolvimento Sustentável da Unidade Produção

Com o objetivo de desenvolver competências e habilidades na área de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural com o foco na visão sistêmica de desenvolvimento da unidade de produção rural familiar, conforme preconiza o decreto de criação do PRONAF Sustentável, foi realizado entre os dias 11 a 19 de julho, no hotel Premier em São Luis, o 2º Curso de Capacitação de Dirigentes Sindicais e Técnicos em Desenvolvimento Sustentável da Unidade Produção Rural Familiar, com ênfase na implantação do PRONAF Sustentável.

A carga horária do curso foi de 80 h oras/aulas. De acordo com os organizadores, o tempo



Atividade de campo sobre utilização do GPS

de duração, proporcionou ao público uma formação, para assim, qualificar os serviços prestados

pelos técnicos do SISATER-MA, potencializando a intervenção dos dirigentes nas políticas de

desenvolvimento da agricultura familiar, particularmente na assistência técnica.

## Rede SISATER

O SISATER-MA, faz parte do SISATER Brasil. É uma rede constituída de instituições de assistência técnica e extensão rural do Estado do Maranhão e entidades de base do MSTTR, vinculadas à FETAEMA, tendo como referência um pacto político para a implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

São beneficiários do SISATER-MA os trabalhadores rurais, ou agricultores familiares que atendam os requisitos do art. 3.º, da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, chamada lei da Agricultura Familiar.

É um espaço de articulação política, de gestão coletiva, de formulação e implementação de projetos e políticas, de expansão e fortalecimento da agricultura familiar, tendo como interlocutores as representações sindicais dos trabalhadores e trabalhadoras rurais vinculadas à CONTAG.

De com seu regimento, a rede norteia suas ações pelos princípios da democracia participativa, transparência, liberdade de pensamento e de expressão, autonomia, respeito à diversidade e pluralidade, a solidariedade, da justiça e sustentabilidade social, econômica e ambiental.

## Fique sabendo!

### Como um trabalhador se torna escravo

**1** Ao ouvir rumores de que existe serviço farto em fazendas, mesmo em terras distantes, o trabalhador rumo para esses locais. O Tocantins e a região Nordeste, tendo à frente os Estados do Maranhão e Piauí, são grandes fornecedores de mão-de-obra.

**2** Alguns vão espontaneamente. Outros são aliciados por "gatos" (contratadores de mão-de-obra a serviço do fazendeiro). Estes, muitas vezes, vêm buscá-los de ônibus, de caminhão - o velho pau-de-arara - ou, para fugir da fiscalização da

Polícia Rodoviária Federal, pagam passagens para os trabalhadores em ônibus ou trens de linha.

**3** O destino principal é a região de expansão agrícola, onde a floresta amazônica tomba diariamente para dar lugar a pastos e plantações. Os estados do Pará e Mato Grosso são os campeões em resgates de trabalhadores pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

**4** Há os "peões do trecho" que deixaram sua terra um dia e, sem residência fixa,

vão de trecho em trecho, de um canto a outro em busca de trabalho. Nos chamados "hotéis peoneiros", onde se hospedam à espera de serviço, são encontrados pelos gatos, que "compram" suas dívidas e os levam às fazendas. A partir daí, os peões tornam-se seus devedores e devem trabalhar para abater o saldo. Alguns seguem contrariados, por estarem sendo negociados. Mas há os que vão felizes, pois acreditam ter conseguido um emprego que possibilitará honrar seus compromissos e ganhar dinheiro.

**5** Já na chegada, o peão vê que a realidade é bem diferente. A dívida que tem por conta do transporte aumentará em um ritmo crescente, uma vez que o material de trabalho pessoal, como botas, é comprado na cantina do próprio gato, do dono da fazenda ou de alguém indicado por eles. Os gastos com refeições, remédios, pilhas ou cigarros vão sendo anotados em um "caderninho", e o que é cobrado por um produto dificilmente será o seu preço real. Um par de chinelos pode custar o triplo. Além disso, é costu-

me do gato não informar o montante, só anotar. Uma foice, que é um instrumento de trabalho e, portanto, deveria ser fornecido gratuitamente pelo empregador, já foi comprada por um peão por R\$ 12,00 do gato. O equipamento mínimo de segurança também não costuma existir.

**6** Após meses de serviço, o trabalhador não vê nada de dinheiro. Sob a promessa de que vai receber tudo no final, ele continua a derrubar a mata, aplicar veneno, erguer cercas, catar raízes e outras atividades agropecuárias, sempre em

situações degradantes e insalubres. Cobra-se pelo uso de alojamentos sem condições de higiene.

**7** No dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior do que o total que ele teria a receber. O acordo verbal com o gato também costuma ser quebrado, e o peão ganha um valor bem menor que o combinado inicialmente. Ao final, quem trabalhou meses sem receber nada acaba devedor do gato e do dono da fazenda e tem de continuar a suar para quitar a dívida. Ameaças psicológicas, força física e armas também podem ser usadas para mantê-lo no serviço.



# Vem aí o 8º Congresso de Trabalhadores (as) Rurais do Baixo Parnaíba

A realização do 8º CT-TRBP, que acontecerá entre os dias 19 a 21 de outubro, em Anapurus, se propõe a discutir políticas públicas e estratégias de enfrentamento aos problemas da região, a exemplo: expansão da monocultura da soja e do eucalipto e seus impactos sócio-ambientais, organização e o fortalecimento da estrutura sindical, superação da precariedade da educação do campo, organização da produção, e busca pela garantia e ampliação dos direitos previdenciários.

A meta de 500 trabalhadores e trabalhadoras rurais no Estado do Maranhão para a participação do 8º Congresso



de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Parnaíba (CTTRBP), além da participação de dirigentes sindicais, lideranças de base, entidades parceiras, dentre outros.

Mais do que um espaço de debate e proposições diante

dos entraves da região para o seu desenvolvimento, o citado Congresso se constitui enquanto espaço de mobilização da categoria, de denúncia da exclusão e pobreza a que está submetida grande parcela dos trabalhadores (as) rurais do

Baixo Parnaíba, sendo ainda um espaço de proposição de políticas públicas para o pleno exercício da cidadania de homens e mulheres do campo desta região do Estado do Maranhão.

No evento estarão mobilizados (as) trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças sindicais da Região do Baixo Parnaíba e entidades parceiras para debater a realidade agrária, política e social da Região, no esforço conjunto de propor estratégias de enfrentamento e de negociação para superação dos entraves conjunturais que inviabilizam o desenvolvimento do Baixo Parnaíba.

## Ministério do Desenvolvimento Agrário reaplicará recursos nos Subprojetos de Infraestrutura Comunitária

Após 39 meses de paralisação do PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário no Maranhão e de espera das 295 associações das Unidades Produtivas pela reedição do Decreto 6.672/2008 que suspendeu o programa no Estado do Maranhão. Finalmente no último dia 24 de junho a

Casa Civil da Presidência da República publicou no Diário Oficial da União o Decreto nº 7.501 que autoriza a UTE - NEPE a reaplicar os recursos dos SICs - Subprojetos de Infraestrutura Comunitária. Finalmente as associações vão reaplicar os seus recursos.

Esta conquista só foi pos-

sível, após várias reuniões na CONTAG em Brasília e de reivindicações do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, que tem com principal instituição representante da classe no Maranhão, a FETAEMA. Porém, para o Movimento Sindical, uma das grandes preocupações em relação à eficácia

da reaplicação destes recursos junto às associações, é o fato de que todos os contratos dos (as) técnicos (as) e das empresas que prestavam assessoria técnica a estas associações estão vencidos há 36 meses e o prazo estabelecido pelo Decreto 7.501 é de apenas um ano para aplicação efetiva dos recursos.

## Políticas Públicas para a Agricultura Familiar: PNAE, o que fazer?

A implementação da lei 11.947/2009 no Estado do Maranhão ainda é uma dificuldade, isto ficou claro durante a Conferência Temática realizada em São Luís, no Centro de Estudo Sindical Rural - CESIR, no período de 20 a 21 de junho deste ano, que teve a participação da FETAEMA, juntamente com outras instituições ligadas ao Programa Federal no estado.

A transmissão de informações sobre como operacionalizar a lei, através da fundamentação na Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, a contextualização do poder social, através do exercício do controle social, ação fundamental para que a "Lei da Alimentação Escolar" possa ser efetivada de fato.

Este controle social é tão vital para a implementação da lei, que sem ele não teremos como

monitorar a aplicação da mesma em todo o Estado, não teremos como forçar os gestores públicos municipais a se adequar ao cumprimento da lei 11.947/2009. Os maiores beneficiários são as crianças e jovens que estão cursando desde a pré-escola até o ensino médio em rede pública de educação, isto é, escolas municipais, estaduais e federais. Não podemos mais tratar este assunto como do "outro", mas, como nosso, pertinente não somente ao alunado, mas, a categoria como beneficiários também, como fornecedores e dinamizar a oportunidade de inserção no mercado, no processo de comercialização mais definido, que pode ser ampliado a partir da participação consciente e solidária dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

O Maranhão em 2010 ocu-

pou uma posição muito ruim nos demonstrativos do programa do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), os números não são bem exatos, sorte nossa, pois ocupamos um dos últimos lugares da região nordeste na preciosa participação "real" de acessar o recurso e aplicá-lo corretamente nas escolas, ainda temos o fantasma dos 30%, que foi estabelecido inicialmente para ajudar a demarcar um índice de participação da Agricultura Familiar, devemos partir dos 30% e chegar aos 100% do fornecimento, não aceitar o que muitos gestores públicos, assessores e vereadores falam, "o programa está sendo cumprido, pois é até 30%", esta afronta a lei, somente poderá ser corrigida se tivermos um controle social eficiente e nossa participação, enquanto

categoria for dinâmica e estrategicamente competente nas intervenções referente à discussão do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Este programa necessita ser discutido, fiscalizado e cobrado através das entidades de base, Sindicatos, Conselhos de modo geral, nas Igrejas, pois este programa governamental procura sanar um problema grave para o país, a educação adequada e planeja com nutrição, com segurança alimentar, para podermos superar índices de analfabetismo e carência de alimentação numa fase da vida humana que é tão importante, além do estímulo a uma educação nutricional, valorizando as riquezas alimentares do local.

MIGUEL HENRIQUE, MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS

## NOTÍCIAS DO MSTTR

### CONTAG PROMOVE OFICINA DE PREPARAÇÃO PARA O ENAFOR

A Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag), por meio da Enfoc (Escola Nacional de Formação da Contag), realizou nos dias 5 e 6 de setembro, um encontro de preparação para o Enafor (Encontro Nacional de Formação) com diretores da confederação, representantes das Fetags e enviados da rede de colaboradores.

O objetivo do encontro, foi alinhar as ideias e pensamentos para a estratégia formativa do movimento sindical.

### ACIMA DE TUDO A SOBERANIA DO BRASIL

Em reunião da Subcomissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no dia 31 de agosto, na Câmara dos Deputados, a vice-presidente da Contag, Alessandra Lunas, defendeu a soberania brasileira frente a posse de terras como um direito humano e pela manutenção da produção da Agricultura Familiar.

Os debates fazem parte de um trabalho da Subcomissão para, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações no Brasil por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

Alessandra Lunas foi bastante enfática ao defender claramente a posição da Contag em favor da Reforma Agrária e da redistribuição de terras, mas esclareceu que o movimento sindical não é contra a entrada de capital estrangeiro no País. "Somos contra a falta de regulação jurídica que defenda a soberania do Brasil em seu próprio território", reivindicou a sindicalista.

### Fetaema realiza Oficina para grupos de Mulheres

Nos dias 01 a 04 de junho, no Centro de Estudo Sindical Rural em São Luís, foi realizada pela FETAEMA, através da Coordenação de Mulheres, uma Oficina para os grupos produtivos de Mulheres, no CESIR. O evento que foi fruto de um convênio entre a CONTAG e a fundação do Banco do Brasil teve como público alvo, cerca de 40 mulheres produtoras.

### Vem aí a Romaria dos Aposentados

Nos dias 28 a 31 de julho foi realizado no povoado de Mata dos Alves, na cidade de Morros, o 2º Encontro de Lavradores e Lavradoras da Região do Munim com a temática Fraternidade e a Vida no Planeta e os Sub-temas Reforma Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O evento dedicado aos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região do Munim, é sempre um momento de diálogo, confraternização, troca de conhecimentos e renovação de forças na luta pelo alcance de seus direitos.

O tema, escolhido para este ano foi o mesmo da Campanha da Fraternidade 2011, e será discutido a partir de temáticas estratégicas para os trabalhadores (as) rurais, organizações e movimentos sociais que lutam por um mundo em que o desenvolvimento possa contemplar os anseios da população sem destruição dos nossos recursos naturais e exploração do trabalho humano e com justiça social para todos (as).

### Curso de Capacitação de Dirigentes, Lideranças e Assessores do MSTTR

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado do Maranhão - FETAEMA, e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, realizaram nos 29 e 30, no Centro de Estudo Sindical Rural - CESIR, em São Luís, o "Curso de Capacitação de Dirigentes, Lideranças e Assessores do MSTTR". "Estamos formando lideranças, visando à qualificação da intervenção nos territórios da cidadania, de forma participativa e organizada. A partir deste encontro, serão definidas estratégias de intervenção para a melhoria da valorização do Projeto Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDRS e do controle social das ações territoriais". Destacou Ana Maria, secretária Geral da FETAEMA.